



CURITIBA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

CURITIBA S/A



CURITIBA S.A.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em Milhares de Reais – R\$)

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	NE	2014		NE	2014	2013		
CIRCULANTE		172.677	172.047	CIRCULANTE	392.434	391.730		
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	559	548	Emprestimos e Financiamentos	389.091	389.091	2014	2013
Contas a receber de clientes	05	4.551	4.473	Fornecedores e Contas a Pagar	307	64		
Propriedade para Investimento	06	26.925	26.779	Obrigações Trabalhistas e Sociais	358	270		
Contas a receber – Município de Curitiba	07	55.743	55.393	Obrigações Fiscais	11	56		
Impostos a Recuperar		5	13	Adiantamento de clientes	2.088	1.733		
Agência de Fomento do Paraná	08	84.328	84.328	Outras Obrigações	322	304		
Outros créditos		466	513	Receitas Antecipadas	212	199		
NÃO CIRCULANTE		3.052	3.738					
Realizável à Longo Prazo		908	1.646	NÃO CIRCULANTE	131.726	126.701		
Contas a receber de Clientes	05	908	1.646	Provisão para contingências	12	29.904	30.944	
Investimentos	09	1.911	1.911	Receitas Diferidas		389	564	
Imobilizado	09	103	140	Adiantamento para futuro aumentos de capital	13	101.433	95.193	
Intangível	09	130	41					
TOTAL DO ATIVO		175.729	175.785	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(348.431)	(342.646)		
As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.								

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Milhares de Reais – R\$)

	NE	2014	2013
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	4.087	3.481	
Comercialização de Imóveis e prestação de serviços	4.087	3.481	
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(430)	(339)	
Impostos sobre vendas e outras deduções	(430)	(339)	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.657	3.142	
CUSTO DOS IMÓVEIS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS			
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	3.657	3.106	
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	(9.442)	(12.041)	
Gerais e Administrativas	(5.435)	(7.376)	
Outras Receitas (despesas)	742	362	
Reversão de Provisões	1.169	35	
Receitas Financeiras	402	223	
Despesas Financeiras	(6.320)	(5.286)	
PREJUIZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(5.795)	(8.935)	
PREJUIZO POR AÇÃO	(0,076)	(0,100)	

Não há outros resultados abrangentes no exercício corrente e no exercício anterior.

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Milhares de Reais – R\$)

	Capital Social	Prejuizos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2012	89.147	(422.858)	(333.711)
Integralização de capital			
Prejuízo líquido do Exercício		(8.935)	(8.935)
Reservas de Capital			
Saldos em 31/12/2013	89.147	(431.793)	(342.646)
Integralização de capital			
Prejuízo líquido do Exercício		(5.795)	(5.795)
Ajustes			
Saldos em 31/12/2014	89.147	(437.578)	(348.431)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 – (Em milhares reais – R\$).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S/A é uma sociedade de economia mista municipal, com personalidade jurídica de direito privado e de acordo com o Estatuto Social, tem como atividades preponderantes a participação na política de desenvolvimento do Município de Curitiba, com ênfase na busca de soluções para as demandas ligadas a infra-estrutura, desenvolvimento, consolidação e sustentabilidade da produção de bens e serviços, priorizando dentre a atividade a promover a regularização fundiária das empresas instaladas nas zonas de uso industrial e de serviços do Município, em especial na Cidade Industrial de Curitiba, bem como das populações assentadas em imóveis de sua propriedade. Sucessora da Companhia de Urbanização de Curitiba/URBS, tem sua história vinculada a promover a implantação e o desenvolvimento da Cidade Industrial de Curitiba/CIC. Dentro os objetivos da Companhia, continua atuando na administração da dívida existente junto à Agência de Fomento do Paraná S.A., reestruturação da Cidade Industrial de Curitiba e na regularização fundiária atingindo um resultado considerado satisfatório nos objetivos programados para o ano de 2014.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e estão sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposições em contrário.

BASE DE PREPARAÇÃO

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os normativos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Administração da Companhia julgue da maneira mais apropriada a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativas foram feitos para a elaboração das demonstrações financeiras e os seus efeitos são apresentados na nota explicativa nº. 3.

Todos os valores são apresentados em milhares de reais, exceto de outro modo indicado.

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

ATIVOS FINANCEIROS

A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das categorias discutidas abaixo, dependendo da finalidade:

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, cu mês e com risco insignificante de mudança de valor.

Aplicações financeiras

Estão representadas pelos valores aplicados mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

Contas a receber

Esses ativos são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. Surgem principalmente pela provisão de recebimento de recursos. São inicialmente reconhecidos ao valor presente, menos a provisão para impairment, se aplicável.

As provisões para impairment são reconhecidas quando houver evidência objetiva (como dificuldades financeiras significativas por parte da contraparte, inadimplência ou atraso significativo no pagamento) que a Companhia será capaz de cobrar todos os valores devidos no termo a receber, sendo o valor dessa provisão a diferença entre o valor contábil líquido e o valor presente dos fluxos de caixa futuros associados aos valores a receber que sofreram impairment. Para as contas a receber, que são registradas pelo valor líquido, essas provisões são registradas como uma conta retificativa separada, sendo o prejuízo reconhecido dentro de despesas administrativas na demonstração do resultado. Na confirmação de que as contas a receber de clientes não serão cobraveis, o valor contábil bruto do ativo é baixado contra provisão associada.

PASSIVOS FINANCEIROS

A Companhia classifica seus passivos financeiros em uma das categorias discutidas abaixo, dependendo do objetivo para o qual o passivo foi adquirido.

Empréstimos

Os empréstimos são passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Eles são incluídos como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão de balanço (estes são classificados como passivos não circulantes).

Outros Passivos Financeiros

Outros passivos financeiros incluem os seguintes itens: Contas a pagar a fornecedores e outros passivos monetários à curto prazo, inicialmente reconhecidos ao valor presente e subsequentemente contabilizados ao custo amortizado utilizando o método de taxa de juros em vigor.

ESTOQUES

Os estoques inicialmente reconhecidos ao custo e, subsequentemente, ao menor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui todos os custos de aquisição e conversão, e outros custos incorridos para colocar os estoques em sua localização e condição atuais.

IMOBILIZADO

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente se for provável que fujam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxas demonstradas na nota explicativa nº. 9.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros resultados operacionais" na demonstração do resultado.

Impairment of ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos o custo de venda e o seu valor de uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

PROVISÕES

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valores incertos que surgiram como resultado de transações passadas.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela administração da Companhia e seus assessores jurídicos. As contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.

As contingências são divulgadas como prováveis, para quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitem a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social no período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo do imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações.

Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

RECONHECIMENTO DA RECEITA

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades. O reconhecimento da receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança é